



Tancredo Neves, do PMDB; Roberto Campos, do PDS; e o empresário Nildo Masini: a favor da desindexação.

A DISCUSSÃO SOBRE SALÁRIOS

Os salários devem ser atingidos pela desindexação?

Ainda ontem, empresários e economistas continuavam discutindo o **pacote** econômico. Para eles, a desindexação foi a grande ausente. No entanto, admitiram, os salários já estão desindexados desde o início da vigência da Lei 2.012 e hoje com a Lei 2.024. Outros entendem que a desindexação é fundamental, mas não apenas no INPC porque isso seria o mesmo que reduzir o consumo no mercado interno; significaria manter a recessão.

Antônio Carlos Borges, superintendente-técnico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, criticou a hipótese de os expurgos virem a atingir o INPC. "Acho que isso é desonesto porque um índice deve refletir a realidade, seja ela qual for." Também considera "absurda" a maneira como vem sendo discutida a desindexação. "Quando se fala nisso é preciso deixar claro que, se não mexerem nos índices que regulam o sistema financeiro, todo o peso da inflação cairá sobre o assalariado. Isso pode ser traduzido da seguinte maneira: todos têm o direito de se defender contra a inflação, menos os assalariados."

Para ele, não são apenas aspectos econômicos que devem ser considerados, mas também os sociais. "E, neste momento, sou favorável à manutenção da indexação para os salários e que se inicie uma desindexação gradativa dos demais setores, já que os efeitos da inflação serão os mesmos, porque tudo é custo: juros, lucros, rendas diversas dos demais setores."

Salários já expurgados

Ressaltou que, "de certa forma, nós já estamos indexando os salários abaixo da inflação desde a Lei nº 2.012 e agora com a Lei nº 2.024. E há mais: os demais setores têm mais possibilidades de reação para sua própria defesa do que os assalariados. E isso — explicou An-

tônio Carlos Borges — significa um impacto no poder de compra, um enfraquecimento do mercado interno".

Para Borges, "vivemos numa economia onde cada um quer fugir às suas responsabilidades; e o governo, que negocia um **pacote** desses atendendo a interesses setoriais, acaba deixando o mais importante de lado".

O vice-presidente da Panex, Renato Craidy Cury, disse que a desindexação não deve atingir apenas o INPC, "porque senão vai haver achatamento salarial e o problema não será resolvido". A desindexação tem de ser geral, passando pelo INPC e pelas ORTN. "Com isso seria possível reduzir o ganho do aplicador financeiro, o juro real, os preços e os salários simultaneamente, porque baixar apenas os salários não adianta nada e só vai agravar a recessão." A massa de salários já "vai estar mais deteriorada com a alta dos preços gerados pela redução dos subsídios, principalmente do trigo, açúcar e petróleo".

O vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Nildo Masini, também apóia a desindexação global da economia como uma saída para não haver achatamento salarial. Ele entende que um redutor não deve ser aplicado apenas sobre o INPC, mas também à correção monetária, "a fim de que não só os salários sejam afetados". Nildo Masini defende a permanência da indexação para as cadernetas de poupança e justifica que o trabalhador perderá menos com um redutor do que com o "efeito corrosivo de uma inflação de 130% a ser dividida entre os reajustes semestrais".

Omar Bittar, vice-presidente da Abdib (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base), acrescenta que desindexação não representa neces-

sariamente rebaixamento dos salários. Ele acredita que, com negociações livres, os reajustes obtidos não deverão ser muito inferiores aos atuais, "já que o empresário está consciente de que poderia haver greve e que existe, também, uma questão social atrás disso tudo".

Mais recessão?

* Bittar alerta que, se não vier a desindexação, a inflação poderá crescer muito. Além disso, algumas medidas do **pacote** podem aumentar a recessão, tais como o corte nos investimentos das estatais, "que impedirão uma reativação na economia, afetando um setor já em dificuldades que é o de bens de capital". Omar Bittar lembrou que, do início do ano até agora, o setor já demitiu entre 13 e 14 mil empregados e, a seguir, o ritmo atual de atividade deverá dispensar 50 mil até o fim do ano, num total de cem mil empregos a menos nos últimos três anos. Ele acha preferível uma certa redução nos salários do que o aumento do desemprego e coloca sempre a questão em termos da necessidade de reativação da economia.

Outro vice-presidente da Abdib, Gunther Kunzer, acha que a desindexação tem de ser feita "observando o panorama geral da economia e não um setor ou outro. Deve ser encontrada uma maneira que não penalize só os salários, mas que esteja também atenta para a criação de empregos".

Para Gunther Kunzer, a desindexação deve vir como uma forma de redução da inflação e como fator de estabilização da economia para que novos empregos possam ser gerados. Para ele, qualquer medida isolada acaba por ter um reflexo negativo na economia "mas medidas conjuntas podem considerar a desindexação de maneira a minorar os efeitos prejudiciais da inflação".